

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 009

CAPITAL FEDERAL QUARTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 1985

| |
|----------------|
| CEDI - P.I.B. |
| DATA 04/93 |
| COD. XVD 07108 |

O SR. MÁRIO JURUNA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Srs. Deputados, companheiros da Casa, mais uma vez eu uso a tribuna, desta vez para poder explicar o que aconteceu no Amazonas, na cidade de Benjamin Constant. Então, o índio ou a tribo — esqueci o nome da tribo — foi acusada pela Polícia Militar, através do Governo do Amazonas. Até hoje o Governo do Estado não sabe explicar por que o chefe da tribo foi atirado pela Polícia Militar, na cidade de Benjamin Constant. Então, mais uma vez eu protesto também contra a violência contra o indígena no Estado do Amazonas e do PMDB, que mata índio. É o PMDB que cria problema com o índio, não é só PDS; PMDB também, como o Governo de Goiás, que tirou terra do índio aqui em Goiás, terra dos apinagês. E outro protesto: no Território de Roraima foi montado esquema do Governador do Amazonas, foi montado esquema do Governador do Território de Roraima, botando empresa do empresário na terra do índio, para poder segurar a riqueza do índio. E eu pergunto, companheiro Deputado do PMDB: como PMDB falava contra o PDS, falava contra a ditadura e falava contra o esquema? Como é que o PDS monta esquema contra o índio agora? Como é que o PDS está querendo tomar a terra do índio? Eu não aceito Governo de oposição que assumiu nesse dia e pode usar mais ainda esquema do PDS. Às vezes, não é tanto o PDS que é contra índio, porque eu tenho prova de tudo isso, eu tenho testemunho de tudo isso, como o Governo do Estado, todo Ministro de Estado, até o PDS recebeu muito bem o tipo de prato, o tipo de camiseta, todo mundo me recebeu, como eu respeito, e eu sentava no gabinete, discutindo cada Ministério, e para falar com Estado do Ministério da defesa da comunidade indígena. Por isso, eu protesto, companheiro. Tudo que o PMDB faz é contra o índio. No Espírito Santo, também, o PDS não está querendo apoiar o índio. No Paraná, no Amazonas, em Goiás, o PMDB é a mesma coisa; logo esse partido, que sempre fala que é o defensor da comunidade, da Nação brasileira. Não entendo a atitude do PMDB, nem a política da Câmara dos Deputados. O político não assume ao lado dos que precisam de sua voz para a Nação. Por isso, não acredito em política, que é muito podre, joga muito, tem muita mentira e é muito suja. Não acredito muito em política. Hoje é a política que vai mandar aqui no Brasil. A Oposição, o PMDB é que vai assumir ao lado da Nação e de todos os brasileiros. Como é que a Oposição vai defender a Nação agora? Como o PMDB vai assumir para fazer a defesa da comunidade, da Nação!

Sete índios foram baleados na cidade de Benjamin Constant; no Território do Amapá o pessoal está invadindo a terra do índio; os Governadores de Goiás e do

Amazonas também tiraram a terra do índio; o governo de Goiás tirou o índio de sua roça e colocou em outra, onde ele nunca viveu.

Foi tirado o direito do índio através do Governo de Goiás. O Governador de Goiás é considerado homem popular, homem público. Como é que um homem público faz isto contra a nação indígena?

Pode usar a tribuna, Deputado Abdias Nascimento.

O Sr. Abdias Nascimento — Deputado Mário Juruna, V. Ex^a está retratando com muita precisão o esbulho que tem sofrido a nação indígena neste País. Nós, os negros, sofremos também dessa mesma usurpação na África, quando os colonizadores invadiram o nosso continente de origem e nos trouxeram escravizados para as terras do Brasil. Nós também sofremos dessa mesma agressão contínua, que é a verdadeira essência do processo histórico do nosso Brasil. Este País, companheiro Juruna, meu irmão de sofrimento, foi erigido na base do crime: o crime da matança contra os índios, contra os africanos, o delito de nos roubarem nossas terras, de agredirem nossa cultura e de nos humilharem como cidadãos deste País. Estamos aqui, Deputado Juruna, irmanados numa mesma luta, num mesmo protesto, gritando o mesmo grito. V. Ex^a esteja certo de que a comunidade negra do Brasil está profundamente solidária e comprometida com a luta de nossos irmãos indígenas. Entretanto, queria, irmão Juruna, apenas chamar a atenção de V. Ex^a para o fato de que nem todos os políticos são opressores, venais e inimigos do índio e do negro. Temos aqui mesmo, nesta Casa, grandes aliados, combatentes honestos e íntegros de nossa causa, e precisamos dar o testemunho desta integração, desta solidariedade à nossa luta. Porquanto, o problema do homem indígena, como o do homem negro, não é especificamente dos indígenas ou dos negros: é um problema nacional. E cumpre a todo brasileiro, seja de que origem racial ou cultural for, se integrar nessa luta, para que possamos construir um verdadeiro Brasil democrático, solidário e igualitário. Esta é uma luta comum, irmão Juruna, e não podemos, para sermos justos com a História e com este momento que vivemos neste Congresso, atirar essa acusação a todos os políticos. Queria, então, fazendo justiça a esses irmãos, mais uma vez realçar a figura de V. Ex^a, que trouxe a este Congresso, pela primeira vez, em quase quinhentos anos de História deste País, a voz dos verdadeiros e autênticos donos desta terra, que nunca irão permitir se erija uma nação inimiga do índio e do negro, porque assim como o índio foi o dono original desta terra, o negro foi o primeiro trabalhador, depois do índio, a construir esta grande Nação. Assim, não vamos permitir que a Nova República, a ser instalada no dia quinze de março, perpetue as mesmas injustiças e a mesma exclusão. Queremos ver retratadas na face dessa República as nações indígena e negra, que são parte indissolúvel da Nação brasileira. Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. MÁRIO JURUNA — Muito obrigado a V. Ex^a. Não posso considerar a Nova República, nem aceitar que os companheiros Deputados falem em Nova República. Não existe Nova República. Fui o mesmo sistema revolucionário, de gente que participou daquele tempo de 1964. Não muda nada nesta Nova República. Por que digo isso? Porque não conheço essas pessoas que estão nos novos Ministérios, não conheço nenhuma pessoa, nenhum Deputado ou companheiro que represente a comunidade, a Nação. Então o Presidente Tancredo Neves vai continuar mal assessorado. Não vai mudar o Brasil, não vai mudar a reforma agrária, não vai mudar nada. Por que? Porque tem gente comprometida lá junto com Tancredo Neves. Este Antônio Carlos Magalhães, quem é? É a pessoa que acabou com a terra do índio na Bahia. Como, companheiro, existe Nova

República? É a renovação dos tempos de 64. É o mesmo pessoal que expulsou companheiros aqui do Brasil. O Presidente Tancredo Neves está renovando essa Nova República, e esse pessoal não vai levar mais de 40 anos no poder. Só vai existir Nova República quando o povo puder votar para Presidente da República. Então, companheiro Deputado, muita gente acha que esta é uma Nova República, mas é uma nova anarquia. Não existe Nova República. Então companheiros, não entendo nada dessa administração que Tancredo Neves vai assumir. Sinto a dor na carne e estou triste porque ligo para o Presidente da República e a secretária me diz que Tancredo Neves está no Rio de Janeiro. Telefone e a secretária diz que ele está no Rio Grande do Sul. Será esse pessoal que votou para Presidente da República? Será esse pessoal que está no Ministério que votou para Presidente da República? Quem votou não merece a Paz da Ministéria, quem não votou merece tomar Ministério todo. Estou revoltado por isso. Sou contra isso. Quem votou — contando do companheiro que votou — está desprezado. Quem não votou, vai sentar muito bonito na cadeira, mansinho. Quem lutou não precisa de Ministério. Eu sei de tudo isso. Votei em Tancredo Neves para Presidente, para poder defender o Brasil, para poder salvar o Brasil, para defender o índio e garantir a vida para a comunidade e Nação brasileira. Ele não me fala, não me chama: "O que o Senhor está precisando?" Não fala como está o problema do índio. Será que ele vai acabar com o índio? Será que Tancredo Neves está se preparando para enterrar índio? Não pode, não pode ser contra índio. Não pode ser pior que o PDS.

Ouçó o nobre Deputado JG de Araújo Jorge.

O Sr. JG de Araújo Jorge — Companheiro Juruna, confesso que é com profunda emoção que pela primeira vez o aparte nesta Casa. Desde o momento em que nossa legenda do PDT e acolheu como candidato a Deputado, fui daqueles que, nesta tribuna, defenderam sua presença neste plenário. Achei que era uma presença histórica, que o grupo étnico, o índio, um dos três grupos que formam o povo brasileiro, ia, afinal, ter seu representante autêntico, capaz de defender seus reais interesses, suas posições, no momento em que, em virtude da expansão do próprio desenvolvimento e do progresso, as terras do interior eram uevassadas e havia necessidade de defender aqueles que trabalhavam a terra da ameaça dos grileiros, das multinacionais, dos usurpadores e que, vítimas maiores dessa invasão do interior e do verdadeiro Brasil, eram justamente seus índios, que aqui já estavam quando chegaram os portugueses e depois os negros. V. Ex^a não desmentiu nem decepcionou a esperança de seus companheiros: tem sido um lutador de todas as horas. Com os recursos de que dispõe, tem atuado permanentemente, tem pressionado a FUNAI, pressionou o Governo passado, tem conseguido defender o índio onde quer que ele se encontre no Brasil. Vemos, através dos veículos de divulgação de massa, a presença de V. Ex^a sempre que o problema do índio se apresenta com crise ou com atritos, seja na Bahia, seja no Amazonas, seja em Mato Grosso ou em Goiás. V. Ex^a, portanto, está correspondendo ao mandato que recebeu. Não importa se esses votos foram do Rio de Janeiro. Foram votos de um eleitorado politizado e consciente, que sabia que, no momento em que votava em V. Ex^a, estava colocando nesta Casa, no Parlamento brasileiro, um representante de um grupo étnico histórico que nunca tivera uma voz autêntica que o defendesse nesta Casa. Congratulo-me com V. Ex^a pelo seu trabalho. Acredito que seus ressentimentos iniciais não de passar. Estamos passando por um Governo de transformação. Não tenho procuração do Presidente Tancredo Neves para defendê-lo, nem pertenço ao seu partido, mas estou certo de que, as oposições chegando ao poder, as oposições

que tem os olhos abertos para a realidade brasileira, que sofreram durante 21 anos de ditadura militar, que sofreram o impacto das multinacionais, que lutaram contra grilheiros, contra posseiros, que se associaram à igreja nova, à igreja resolucionária, que são defensores do índio do interior, estou certo de que essas oposições, através do Governo Tancredo Neves, não de encontrar o encaminhamento das soluções do problema do índio e não de ter na palavra de S. Ex^a, na sua presença, na sua ação e na dos seus companheiros indígenas, também um elemento forte, capaz de atuar para encontrarmos aquele caminho que Rondon queria, não sacrificando a cultura indígena, não sacrificando o brasileiro nativo, dando-lhe aquilo a que tem direito: sua terra, seu direito à sobrevivência, a viver como um ser digno, com os mesmos direitos do homem branco ou do homem negro neste País.

O Sr. MÁRIO JURUNA — Muito obrigado a V. Ex^a pelo aparte. Quero repetir mais uma vez que a gente tem esperança na mudança do Presidente Tancredo Neves. Eu mesmo, Deputado Juruna, não acredito na palavra do Presidente da República, porque o Presidente já é comprometido com a bancada, já é comprometido com as multinacionais. O que foi fazer fora do Brasil? Ele queria montar esquema do Ministério. Devia resolver primeiro aqui no Brasil, não é fora do Brasil. É aqui que tem que montar esquema para poder resolver logo o problema do Brasil, não é fora do Brasil. O povo está esperando para resolver mudança no Brasil, não é fora do Brasil. Sou contra qualquer Presidente da República que pode desprezar o povo brasileiro. Não tenho esperança que Tancredo pode me chamar. Depois que eu ficar enterrado debaixo da terra, aí sim, ele vai me chamar. O povo vai cobrar. Tenho certeza, o povo está me acompanhando; tenho certeza de que o povo tem esperança. Tancredo deve mechar um dia. Se eu fosse homem importante, empresário, ele tinha me chamado, mas somos o índio, o negro, o trabalhador, e somos esquecidos, desprezados. Ele está trazendo gente que apoiou ele na eleição. Quem está apoiando Tancredo Neves para sair a candidatura dele todo mundo sabe. Companheiros sabem muito bem que quem rompeu com o companheiro, o Deputado Juruna, não é aquele Antônio Magalhães, o outro está no Rio de Janeiro, outro está em São Paulo, ganhando seu salário. Quem fez campanha para Tancredo Neves, quem está fazendo campanha para Tancredo Neves é o povo da rua, o Deputado que representa a comunidade da nação indígena. Isso Tancredo Neves tem que reconhecer. Tem que me considerar como sou. Parlamentar, representante da comunidade indígena. Ele não pode fechar os olhos.

O Sr. Aldo Pinto — Nobre Deputado Mário Juruna, V. Ex^a está dizendo a coisa — no meu entendimento, data venia — mais importante na antevéspera da investidura de Tancredo na Presidência da República. V. Ex^a, com razão, registra o esquecimento da palavra de Tancredo Neves com relação aos problemas indígenas. A postura de V. Ex^a em relação à sua gente, à nossa gente, merece nossa solidariedade e nosso apoio. Deputado Juruna, o Dr. Tancredo Neves, até este momento, não quis discutir as questões relacionadas aos problemas nacionais. Ele chega ao Governo e ao poder sem programa. Ele chega ao Governo e ao poder sem ter as mínimas condições de dizer que discutiu com a nacionalidade aquilo tudo que poderia ser, salvo motivo, exame da sua gestão. Até aos debates nas televisões ele fugiu. Portanto, chega de mãos vazias ao Governo, e ao poder, sem dizer quais suas preocupações de fato e de direito em relação ao trabalhador, em relação ao indígena, em relação à postura massificante do capital interno: na economia nacional, sem ter uma postura em relação à dívida externa, sem ter um pensamento concreto, objeti-

vo, em relação à dívida interna; sem ter um pensamento global do econômico, do social, do político e do cultural. O Dr. Tancredo Neves, nesse espaço de tempo, que o levará à Presidência da República, descuroou totalmente a comunidade nacional. E, por essa razão, quando V. Ex^a, com simplicidade, mas com profundo respeito, vem à tribuna da Câmara Federal destacar o problema indígena, sobra-lhe razão, Deputado Mário Juruna, porque, afinal de contas, nossos irmãos indígenas não podem ser desatendidos e precisam, de fato e de direito, de uma posição e de uma palavra do Presidente da República, que mais está preocupado com os empregos, com os cargos, com sua satisfação pessoal, do que com a própria Nação. Fica aqui, Deputado, pela primeira vez, quicá, o nosso questionamento. Esta não é a oposição do PDT em relação a Tancredo Neves, mas nosso primeiro questionamento sobre os problemas nacionais, os quais o futuro Presidente da República não buscou examinar, detectar, e cujas soluções não procurou, ao mesmo tempo, discutir com a nacionalidade. Por essa razão, Deputado Mário Juruna, V. Ex^a, mais uma vez, merece, nesta hora, os aplausos e o respeito de todos os colegas, pela forma permanente como defende todos os indígenas nacionais e sobretudo uma causa que não pertence aos indígenas em si, mas que pertence, sobretudo, ao meu entendimento, data venia, a toda nacionalidade. O Dr. Tancredo Neves precisa, no momento em que chega ao Governo e ao poder, esclarecer-nos urgentemente para que possamos, a partir desse esclarecimento, dessa proposição que ninguém conhece a respeito das diretrizes do Governo, tomar uma posição, examinar, apoiar, questionar, contrariar, mas, acima de tudo, ter uma posição que saia dessa minicrise que não levará o País absolutamente a nada.

O Sr. Jorge Carone — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MÁRIO JURUNA — Nobre Deputado, eu quero continuar. Eu posso comparar também a minha luta. Eu já disse várias vezes como assumir na minha condição, como eu assumi com grande responsabilidade a comunidade indígena, mas a primeiro eu fiz campanha pelo Rio de Janeiro. Eu fiz campanha para Brizola. Brizola foi eleito como Governador do Estado do Rio de Janeiro e muito Deputado também foi eleito que entrou na chapa do Deputado Juruna. E todo mundo está eleito. E que é que Brizola já me deu também? Eu tenho índio no Rio de Janeiro. Até hoje terra não foi demarcado no Governo do Brizola no Rio de Janeiro. Até hoje não foi concedido. Parece que Governador trata como palhaço. Eu fiz campanha pela segunda vez para eleger Tancredo Neves, para assumir compromisso com o povo brasileiro. Quando o Presidente foi eleito, virou as costas, não quer ver o Deputado Mário Juruna, não quer saber do Deputado Mário Juruna. Não quero que todo aquele homem que assumir o poder me trate como palhaço. Não sou palhaço do branco, não sou palhaço do Governador Brizola, não sou palhaço do Presidente Tancredo Neves. Sou responsável, muito mais do que os dois candidatos. Sou muito melhor do que eles, Tancredo Neves vai esperar até o fim do mundo, e estão matando o índio, estão acabando com o índio posseiro, o posseiro está matando o índio. Que esperança temos de Tancredo Neves, que já ganhou e não quer mais saber do povo? Ele já foi eleito e não quer dar satisfação mais ao povo. O povo já foi desprezado por outros candidatos. Então, está acontecendo isto. Conheço o branco. O branco só quer agradar bonitinho, fazer promessa bonitinha. Vou ajudar, vou apoiar. Quero que me ajudem. Quando não precisam mais do homem que já prestou com o voto, viram as costas e não querem saber mais do Deputado. Então, não é justo, nem Tancredo Neves, nem o Governador Brizola, que até hoje não tem coragem de falar comigo. Por que? Porque sou índio não posso falar com ele? Não posso falar com Tancredo Neves porque sou

índio? Ele é melhor e mais importante que eu? Ele não é importante. Sou mais importante que o Presidente da República. Já fui à Espanha, já fui à Alemanha, ao Chile, à Itália, já fui para várias nações. Ele não é mais importante, não. É primeira vez na História que um Deputado índio brasileiro — um índio que foi expulso para fora da sua terra — está usando a tribuna contra poderosos e contra a pessoa que é contra índio e contra rouba-lheira que está acabando com os índios, ganância. E, por isso, eu registro a minha palavra, e, aqui, na presença de companheiros Deputados Federais. Eu quero trabalhar logo sobre o problema do índio e sobre a Fundação Nacional do Índio, a FUNAI. A FUNAI cabe ao Deputado Juruna, não cabe para qualquer Ministério. Então eu entendo problema de índio, entendo problema de branco, não quero que gente estranha assumam a FUNAI. Eu quero acompanhar a indicação do Presidente da FUNAI, que tem de ser indicada à comunidade indígena. Muito obrigado a V. Ex^a, muito obrigado para todo mundo. (Paimas.)

Durante o discurso do Sr. Mário Juruna o Sr. Orestes Muniz — Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Epiitácio Cafeteira — 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Epiitácio Cafeteira) — Está findo o tempo destinado ao Expediente.

Vai-se passar à Ordem do Dia.

Comparecem mais os Srs.:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amilear de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Ruy Lino — PMDB.

Amazonas

Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Mário Frota — PMDB; Ubaldo Meirelles — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Rorondônia

Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Domingos Juvenil — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Enoc Vieira — PFL; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; Magno Baeclar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PFL; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PFL.

Piauí

Jonathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Milton Brandão — PFL; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Gomes da Silva — PDS; Leonor Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manoel Gonçalves — PDS; Manuel Viana — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PFL.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PFL; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PFL; Wanderley Matiz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PFL; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Jarbas Vasconcelos — PMDB; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PFL; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PFL; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PFL; Nelson Costa — PDS.

Sergipe

Augusto Franco — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS.

Bahia

Carlos Sant'Anna — PMDB; Domingos Leonelli — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamin — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Jairo Azi — PDS; José Fenedo — PDS; Manoel Novais — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Baeclar — PFL; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Aloysio Teixeira — PMDB; Álvaro Valle — PFL; Arildo Teles — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Clemer Ramos — PDT; Darcilio Ayres — PDS; Délio dos Santos — PDT; Fernando Carvalho — PTB; Francisco Stuardt — PFL; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jorge Cury — PMDB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Ludes — PT; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT.

Minas Gerais

Anibal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Carlos Eloy — PFL; Custódio Branco — PFL; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PDS; João Hercúlio

O SR. MÁRIO JURUNA (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, retorno à tribuna para mais uma vez denunciar dois fatos extremamente graves envolvendo os meus irmãos índios Tikuna e Yanomami.

No dia 18 de fevereiro passado, um grupo de índios Tikuna que retornava de uma reunião com o Presidente da FUNAI, onde discutiram o problema da demarcação de suas terras, teve que pernoitar em Benjamim Constant, no Estado do Amazonas.

Sem maiores explicações, policiais da PM do Amazonas, ao encontrar um grupo de índios Tikuna na rua, agride um deles, gerando uma briga generalizada, terminando por ferir a bala dois índios Tikuna na perna e ferindo com hematomas diversos outros dois índios.

Após a briga, os índios levamos feridos para o hospital. Ao se aproximarem do hospital, foram surpreendidos por uma tocaia da Polícia, que novamente disparou contra os índios, ferindo mais quatro índios Tikuna. No final do tiroteio, a polícia prendeu todos os índios Tikuna que acompanhavam os feridos.

Por interferência da FUNAI: os índios feridos foram removidos para o hospital de Tabatinga e os presos foram soltos.

Isto é um absurdo, Sr. Presidente, a Polícia do Estado do Amazonas mais uma vez agiu de forma violenta e contra os índios que se vêem discriminados diante da sociedade envolvente, ao ponto de não poderem andar nas ruas da cidade de Benjamim Constant.

Esse fato desagradável reflete a política antiíndio do Sr. Governador do Estado do Amazonas, que publicamente já se manifestou contrário aos índios. É o mais novo genocida da praça.

Já em Roraima, na cerca de 15 dias, a área dos índios Ayanomami é invadida por um grupo de garimpeiros armados, que, numa operação de guerra, utilizando aviões e armas, desembarcaram em Surucucus, em busca de minérios.

Tudo indica que houve, mais uma vez, a participação de pessoas ligadas aos interesses do Governo do Amazonas, que, vendo-se frustrado pela ação do Governo em não colocar em vigor o novo Decreto que autorizava a mineração em áreas indígenas, promoveu a invasão das áreas indígenas por garimpeiros chefiados pelo indivíduo chamado José Altino.

Felizmente, a ação da FUNAI foi tão rápida quanto a dos invasores. Eles já foram retirados da área, e inquéritos policiais já foram instaurados para apuração de responsabilidades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acabo de relatar dois episódios envolvendo índios na Amazônia: uma agressão física e violenta do Tikuna e outras invasões do território indígena Yanomami, ambos com envolvimento das autoridades estaduais do Amazonas.

Quero registrar meu veemente protesto e apelar mais uma vez às autoridades para providências visando à demarcação a mais urgente das terras indígenas.

Sr. Presidente, estarei aqui vigilante para denunciar os crimes que são cometidos contra o meu povo e para cobrar intransigentemente a demarcação de todas as terras indígenas.

Sr. Presidente, venho apelar a V. Ex^a para que volte os olhos para os problemas do meu povo, e agora principalmente para a demarcação, que se faz necessária e urgente, das terras dos índios Tikuna e a demarcação do Parque Indígena Yanomami.

Esperamos que no limiar da Nova República este assunto seja tratado com a importância que está a requerer daqueles homens públicos que terão responsabilidade sobre tal assunto.

Precisamos redimensionar, reavaliar, reestudar e repensar a nossa política indígena. Não podemos encará-la, não podemos conhecê-la com visão míope ou estrábica. Temos que ter a acuidade que permita trazer à luz as discussões, as proposições, as formulações, a verdadeira realidade das nossas nações indígenas.

Hoje temos uma centena de reservas indígenas já criadas oficialmente no País e várias outras a serem criadas, em processo de dimensionamento, de estudo de implantação.

Queremos trazer à consideração dos Srs. Deputados o fato de que, muito mais importante do que criar novas reservas indígenas, é a administração das atuais. Poderíamos citar inúmeros casos que permeiam este Brasil de ponta a ponta, de Leste a Oeste, em todos os quadrantes, de conflitos de índios com os brancos, envolvendo tanto neções de longo processo de aculturação como de processo recente de contatos, de abordagem pelo branco. Os atritos ocorrem no Rio Grande do Sul, em Mato Grosso do Sul, na Bahia, em Roraima, em Mato Grosso, em Rondônia quase todos os dias. Mais especialmente, queremos, neste pronunciamento, tratar dos problemas específicos localizados principalmente nos Estados de Rondônia e de Mato Grosso, como áreas de transição entre o Centro-Oeste e a Amazônia Legal, estão tendo preferências pelos novos colonos, pelos novos empresários — pequenos, médios e grandes — pelo homem sem terra, pelo homem desembarregado, pelo agricultor tradicional do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Minas Gerais, que chegam a Rondônia e ao Mato Grosso em busca de novas oportunidades, muitas vezes atraídos pelo canto da cotovia, se pudéssemos assim dizer, porque ali as promessas de nova vida, de enriquecimento, são muito mais fáceis de serem viabilizadas do que nas regiões em que antes viviam. E muitas vezes — quase sempre, eu diria — o governo não tem preparado essas regiões, sob o ponto de vista de infra-estrutura física, viária, social e econômica para o recebimento dessa formidável massa de migrantes do Brasil.

Gostaria de me referir ao palco dessas operações, à estrutura para que, quando essas forças migratórias chegassem nessas novas regiões, encontrassem, para recebê-las, o palco já preparado, sem criar os atritos e conflitos que cotidianamente estamos observando. Muitas vezes esses migrantes, esses colonos chegam e, de imediato, não sendo absorvidos pelos programas oficiais de assentamento ou pelas colonizadoras particulares, passam, espontaneamente, a invadir terras particulares, públicas e reservas indígenas, criando-se uma situação de difícil análise e de difícil solução, problema muito sério para o Governo. E os resultados negativos dessa política refletem-se, diretamente no colono, no agricultor e no índio, porque de difícil controle para nós. Temos casos localizados em Rondônia, no Mato Grosso, que podem atestar muito bem o que estamos afirmando, porque agora, neste mesmo momento, há deverão estar ocorrendo atritos entre brancos e índios.

O Sr. Mário Juruna — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ASSIS CANUTO — Conceda, com muito prazer, o aparte ao nobre Deputado Mário Juruna, legítimo representante das nações indígenas nesta Casa.

O Sr. Mário Juruna — Nobre Deputado, eu também sou muito preocupado o problema do índio, do posseiro e do camponês. Até hoje nem o governo brasileiro não assume compromisso, a princípio lugar, para atender, de-

marcar a terra da comunidade indígena. Então, nós não somos considerados como pessoa humana. O índio brasileiro não é considerado como pessoa. O índio brasileiro é considerado como objeto, como instrumento do branco. Aliás, não é todo o branco que é contra o índio. Quem está trazendo o conflito é o próprio responsável pelo Estado, o próprio responsável pelo Brasil, o próprio responsável da injustiça. Esta pessoa é que traz conflito para o posseiro, para o índio, para o lavrador e para o camponês. Estou muito revoltado diante da opinião pública, diante do povo brasileiro. Tenho pena do índio. Todo brasileiro está vivendo este momento ruim. Infelizmente, todo Presidente que assume, quanto a capacidade, oportunidade e quanto à autoridade. Então, está faltando homem no Brasil, está faltando poder neste País. Por isso, acontece, a cada dia, esta confusão com o índio. Não é o povo, não é o posseiro que está brigando com o índio. Quem está brigando com o índio é o homem do Palácio, que sentado na cadeira macia. E há um segundo homem, esse é que mata o índio, o posseiro, o lavrador, o camponês e, por fim, o fazendeiro, que é muito mais considerado que o índio, que o posseiro e que o lavrador. Há pouca gente que quer matar o posseiro, o índio, que quer roubar a terra do índio, que quer roubar a terra devoluta do índio usada pelo posseiro, pelo camponês, pelo índio. Nós usamos a terra devoluta antes do Estado, mas até hoje o Governo do Estado não respeita a terra do índio, não enxerga a fome do povo, o direito do povo, o direito do índio. Por isso, o Brasil está desse jeito, está cansado, precisa de mais vitamina, para poder tratar da saúde. Cada dia o País está piorando. Sempre falei isso. Sou contra a repressão do novo e do índio. O índio não está brigando com posseiro, o posseiro não está brigando com o índio; quem está brigando com o índio é o Governo Federal. Mas não vai ser mais Governo Federal Militar. Hoje o Governo civil e que vai assumir compromisso com o índio. Ele tem que demarcar a terra, garantir o patrimônio para o índio. O Brasil não pode continuar como está. Então, vamos em frente. Vou cobrar do Presidente Tancredo Neves, que ele procure um nome melhor para demarcar a terra para a comunidade indígena. Não sei se o Presidente Tancredo Neves vai enxergar o Deputado Juruna. Se o Deputado Juruna for convidado para Ministro, ele garante toda terra para a comunidade indígena, para o posseiro, para o lavrador. Eu tiraria muita terra de fazendeiro que ocupasse terra devoluta, que tomasse terra de posseiro. Eu tirava tudo. Mas até hoje ninguém tomou. Não é branco que vai tirar terra do posseiro, terra do fazendeiro, mas o Governo, que sempre foi comprometido por gente rica, com empresário. Por isso, nós estamos desse jeito. O Brasil não é nosso, é do estrangeiro. Ninguém quer melhorar o nosso País. Muito obrigado.

O SR. ASSIS CANUTO — Nós acolhemos com satisfação o aparte do nobre Deputado Mário Juruna e queremos concordar, quase que em silêncio, número e grau, com a sua intervenção que enriquece o nosso pronunciamento. Estamos nesta tribuna sem a pretensão de acusar ou o branco ou o índio, mas, sim, para fazer uma análise profunda da situação indígena, porque acreditamos que como está não pode ficar. Somos testemunhas, como V. Ex^a também o é, e muito mais do que este que lhe fala, de que realmente os conflitos, os atritos entre brancos e índios hoje quase viraram notícias cotidianas nos jornais, rádios e televisão. Portanto, nobre Deputado Mário Juruna, quando S. Ex^a o futuro Presidente da República Dr. Tancredo de Almeida Neves se propõe a participar da campanha pelas diretas e depois aceitar ser o Presidente das indiretas, ouvimos várias vezes que ele iria fazer um Governo participativo, e consolar todos os segmentos da sociedade civil do País para fazer parte do seu Governo. E aí nós entendemos que Governo participativo é aquele que absorve e todos os segmentos da socie-

dade civil da Nação Brasileira. Precária — e ainda há tempo — de incluir elementos oriundos das nações indígenas para fazer parte do seu Governo, de ser o terceiro escalão. Infelizmente, nobre Deputado Mário Juruna, não estamos vendo nenhum indício de que isso possa ser verdadeiro, real, porque hoje um segmento da população brasileira, que representa cinquenta ou mais por cento — é o caso da mulher — está praticamente alijado da participação no Governo de S. Ex^a, aliás, para fazer justiça a S. Ex^a, menos uma, porque a LBA, me parece, ele reservou para sua diáspora estorva, D. Rita Rita. Mas, na realidade, a sociedade brasileira está a reclamar e a cobrar de S. Ex^a as promessas feitas — não terão não diga demagógicas — durante as campanhas das diretas e depois quando aceitou ser o Presidente das indiretas. Na realidade, estamos vendo um quadro totalmente diferente. Querem rotular este novo Governo de Nova República. E estamos aqui para terer e lutar por este Governo. Mas, realmente, pelos motivos, pois que temos conhecimento oficial, porque não existe um plano de Governo — não há ainda um ministério oficialmente preparado e divulgado. Portanto, nós estamos no campo das conjecturas, de pensar o que vai ser, porque até agora não temos nada de concreto, de política para emitir um ponto de vista, um conceito mais justo e próximo da realidade. Mas, de qualquer sorte, não esta reserva de que realmente esperávamos que S. Ex^a realizasse um governo participativo. Aí, a presença do Sr. Juruna, que é de fundamental importância, porque não posso admitir, não encendo um governo participativo hoje. Tão poucos problemas na área das nações indígenas, sem a participação efetiva do elemento indígena.

Conceda, com prazer, o aparte ao nobre Deputado PDS, Deputado Mação Tadano.

O Sr. Mação Tadano — A Liderança do PDS deu a oportunidade de do pronunciamento de V. Ex^a, nobre Deputado Assis Canuto. V. Ex^a está me falando, os colegas, Deputados Francisco Sales e Leônidas Falcão, tem sido a grande mensagem, das reivindicações de Rondônia, da nossa Amazônia e do Centro-Oeste. Preparado, agronomicamente, a nível público, profissional, empresarial e, até, a nível político, mas uma vez traz o testemunho da sua experiência e da sua vivência dos problemas pertencentes a população indígena da Amazônia. Realmente, os dois Estados — Rondônia e Mato Grosso — tem apresentado muitas séries em relação aos processos de invasão, que de terras particulares, quer de indígenas. Tem tudo V. Ex^a quando faz, em seu pronunciamento, esse alerta e a relação a este importante setor. Podemos registrar, nobre Deputado Assis Canuto, o que aconteceu aqui em relação à política de titulação feita pelo INCRA e o que aconteceu, doravante, no próximo futuro, e também como foram as áreas de tensão social de 12 de março e o que aconteceu, após esta data, em relação às invasões, pilagens e tensões nessas áreas de expansão de novas fronteiras. Assim, nobre Deputado Assis Canuto, o PDS, como V. Ex^a, estará alerta para o que vier a acontecer a partir de 12 de março, para ver se os nossos irmãos índios terão demarcadas as suas terras, na proporção do trabalho que foi realizado até aqui, que é bastante difícil e complexo, pois fazer meio hectare de terra nessas áreas longínquas, sem as mínimas condições de infra-estrutura, e realmente bastante caras. Mas, em nome da nossa Liderança, deixar aqui a nossa gratidão. Parabéns a bandeira do nosso partido de Rondônia, que tem sabido comportar-se aqui, honrando cada vez mais o nosso partido e a nossa Casa.

O SR. ASSIS CANUTO — Agradeço ao nobre Deputado Mação Tadano o honroso aparte. Realmente, S. Ex^a trouxe para o nosso pronunciamento, mais abso-

vações, com as quais o nobre Deputado Mário Juruna haverá de concordar plenamente, que dizem respeito ao dimensionamento e à administração das áreas indígenas.

Hoje, não podemos concordar com o conceito de áreas indígenas territorialmente extensas, muito grandes, fora, muitas vezes, da realidade em que se localizam e sem serem demarcadas e administradas. Antes da criação do conflito, antes que o homem entre nas reservas indígenas, é necessário que o índio e o branco saibam quais são os limites dessa reserva. Assim, tratamos uma forma muito mais prática, efetiva, de fiscalizar, orientar e administrar essa reserva indígena.

O Deputado Maçao Tadano, homem ligado aos problemas da Amazônia, sabe perfeitamente que é quase impossível, para não dizer totalmente impossível, a administração de uma reserva indígena, a manutenção da coexistência do índio com o branco, se não soubermos por onde passam os limites dessa reserva, onde termina o direito do índio de ir e vir e onde começa o direito do branco de entrar e de sair.

Portanto, nobre Deputado Maçao Tadano, a questão fundamental, acima dos aspectos filosóficos, acima dos aspectos ligados à antropologia — eu diria até, hoje, o aspecto mais importante no que se refere às reservas indígenas — é o problema da demarcação e administração das mesmas.

O Sr. Alcides Lima — Permita-me uma rápida intervenção. Nobre Deputado Assis Canuto, eu me congratulo com V. Ex^a pelo brilhantismo do pronunciamento que faz esta tarde e pela providencialidade desse mesmo pronunciamento, porque, realmente, a problemática indígena brasileira é um assunto bastante polêmico, que tem ensejado discussões as mais diversas e as mais estapafúrdias. Até ingerências indevidas têm acontecido na discussão desse problema, quando entidades alienígenas, quando grupos de fora do Brasil querem definir como nós devemos tratar o assunto. Além de todos esses problemas que V. Ex^a já enfocou, é necessário que o Governo que vai assumir o comando do País também esteja atento, para que aqueles posseiros que saíram das terras definidas como indígenas possam ser reassentados, tenham as suas indenizações efetivamente realizadas, pois está ocorrendo é que esses produtores não sabem para onde vão, nem com que recursos vão poder fazer as suas transferências. Daí chamarmos a atenção para esse aspecto, que também traz preocupações muito grandes para os produtores rurais.

O SR. ASSIS CANUTO — Queremos ressaltar que o nobre Deputado Alcides Lima, como descendente direto de uma nação indígena do Território de Roraima e como Engenheiro-Agrônomo e conhecedor de todas essas peculiaridades, tem autoridade para enriquecer o nosso pronunciamento com esse aparte. S. Ex^a, aliás abordou assunto que faz parte inclusive de um dos tópicos que iremos tratar mais adiante.

Queremos dar dois exemplos muito atuais: o da reserva indígena do Igarapé de Lourdes, em Rondônia, onde adentraram mais de 300 famílias, algumas com mais de 4 anos de permanência no local. Essas famílias estão sendo agora removidas da área, mas não sabem para onde vão, não sabem se terão ou não direito a receber uma indenização pelas benfeitorias ali feitas. Na realidade, é um problema de extrema gravidade social, localizado mais precisamente no Município de Ji-Paraná. Município que não mais possui terras em condições de receber essas famílias, esse fabuloso contingente de mais de 2 mil pessoas.

Somos daqueles que também, entendem que a permanência dessas famílias nas reservas indígenas e hoje quase que totalmente inviável, a não ser que o Governo chame a resolução da questão, propondo à nação indígena e aos colonos uma coexistência pacífica dentro daquela re-

serva, deslocando seus limites mais para oeste e deixando aquela faixa, recentemente ocupada pelos colonos, para estes.

São assuntos sobre os quais não me arriscaria a fazer uma proposição concreta, mas gostaria de levantar aqui o problema, porque, na realidade, como está não dá para ficar, pois o colono que está na área não sabe se fica ou se sai e o índio, do lado, está esperando se o colono sai ou fica. O conflito está estabelecido.

Outro aspecto de gravidade muito grande é com relação à ampliação da reserva dos índios Nhambiquaras, no Vale do Guaporé. Trata-se de uma reserva tradicional, respeitada inclusive pelo branco, que agora foi deslocada mais para leste, com a incorporação de uma área onde existem pequenas, médias e grandes fazendas, onde existe uma infra-estrutura com produção muito grande, onde existe, hoje — só para citar — um rebanho com mais de 80 mil cabeças de gado, ao lado de lavoura de arroz, milho e feijão, além de serrarias e outros estabelecimentos. Na realidade, esses proprietários — muitos deles inclusive com financiamentos da SUDAM — não sabem o que vai acontecer com eles: se vão ser indenizados, se vão receber outra área, se aquela área vai ficar para os índios, o que vão fazer com o gado, com a criação, com as benfeitorias.

Temos problemas com os índios em Pau-Brasil, que hoje está em situação de permanente conflito. Ninguém sabe quem fica na área: se os fazendeiros que já estão localizados, alguns há mais de cinquenta anos, ou se os índios. Temos o problema dos índios terenas, no Mato Grosso do Sul, dos índios nonoi, no Rio Grande do Sul; temos também problemas de reservas indígenas, assunto que passaríamos dois ou três dias tratando, se fôssemos enumerá-los especificamente. Importante que fique mais caracterizado concretamente neste nosso pronunciamento é a consciência dos nossos companheiros, deputados, aqueles que realmente se interessam pelo índio. Hoje, entendo, não é lícito a nenhum de nós desconhecer tal questão, pois ela realmente está aflorando e proliferando no Brasil inteiro.

Queremos fazer um chamamento de consciência para que seja revisado o problema indígena no Brasil sob uma visão mais realista e que traga novos subsídios concretos, a fim de que os objetivos possam ser alcançados. Temos que deixar de romantismo, de lirismo — muitas vezes introduzido no Brasil por correntes de pensadores existentes e vivendo fora do Brasil que nem conhecem a nossa realidade, mas emitem pareceres em vários tribunais, em vários foros do mundo inteiro sobre a situação.

É necessário, no limiar desta Nova República — na qual quero crer, tenho o direito de nela crer e, mais do que isso, o dever — neste novo rearranjo da Administração Pública, que um assunto tão importante para a nossa economia, para a nossa sociedade, não seja relegado a segundo plano.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos mais uma vez chamar a atenção desta Casa: sensibilizemo-nos com este problema, mergulhemos a fundo nele, para que possamos, se não nos próximos dois anos, pelo menos ao elaborar a nova Constituição, inserir um capítulo que trate das nações indígenas no seu todo, na sua substâncias, no que for mais profundo e mais necessário, para que possamos homogeneizar os interesses do índio com os do branco. Não podemos, de maneira alguma, esperar que as coisas venham a acontecer de acordo com manipulações, ou que venham de cima para baixo.

Naturalmente, qualquer tempo seria curto para tratar de assuntos indígenas, mas prometemos voltar novamente a enfocar o assunto.

Ao encerrar, quero agradecer aos que me apoiaram e aos que me ouviram. Quero também dizer ao nobre Deputado Mário Juruna, verdadeiro e legítimo represen-

tante das nações indígenas nesta Casa, que sempre que V. Ex^a se levantar para defender os legítimos e lícitos interesses dos indígenas, estaremos ao seu lado.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Santos) — Concedo a palavra ao Sr. Dirceu Carneiro, na qualidade de Líder do PMDB.

O SR. DIRCEU CARNEIRO (PMDB — SC. Como Líder. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, devemos trazer, nesta tarde, a esta tribuna, algumas reflexões sobre problemas que se têm transformado, ao longo da História de nosso País, em questões crônicas e aparentemente insolúveis. Entretanto, o que temos verificado é que boa parte dos problemas de natureza básica da sociedade ainda não foram resolvidos, em grande conta, por falta de adequação de uma abordagem, de uma inadequação na forma de resolvê-los. Muitos deles — na sua maioria — têm-se transformado nos problemas básicos da população, numa forma de acumulação de capital. Dentre eles, pode situar-se claramente a questão habitacional, pois nosso País, depois de ter uma população eminentemente rural, viu a situação se inverter. Ao longo da história mais recente, especialmente pela forma com que foram propostos os caminhos para o Brasil, de uma rápida urbanização, iniciada a partir dos anos 30, firmando-se nos anos 50, quando todas as oportunidades de trabalho surgiram e investimentos maciços foram feitos no setor urbano, o setor rural, que tinha uma maior quantidade populacional, ficou em segundo plano e acabou não tendo alternativa, as populações começaram desesperadamente a se deslocar em território nacional, na sua maioria absoluta, parando ou chegando aos centros urbanos.

Hoje, estamos com 70% da população brasileira nos centros urbanos, e os problemas se avolumam de forma quase insolúvel. Dentre estes, a questão de saúde, a questão habitacional, a questão educacional, o saneamento, o transporte e assim por diante. Dentre desse universo complexo, enorme, gostaríamos, neste momento, de tratar com mais especificidade da questão habitacional.

Verificamos que, quando a urbanização da sociedade brasileira começou a fazer sentir, as soluções que os Governos encontraram, mormente a partir de 1964, foram no sentido de responder ao problema habitacional com uma solução bancária — o Banco Nacional da Habitação — e, como todos sabem, a solução bancária está posta na mira e na direção da acumulação de capital. Não tem o banco a função eminentemente social de resolver os problemas sociais, mas, sim, a função de acumular capital, utilizando-se, inclusive como fez o BNH, dos problemas sociais da população.

O que se viu acontecer nesse período foi a transformação total da organização e da identificação do espaço do homem simples. Durante toda a história da humanidade o homem soube tratar bem desse aspecto, conseguindo resolver razoavelmente a questão da sua moradia. Ora, os materiais de construção e seus materiais-primas são as mais abundantes no nosso território, os métodos e os mecanismos de transformação dessas matérias-primas também são os mais antigos da história da humanidade, as cerâmicas mormente. Verificamos, então, que esse problema simples de transformar a argila em tijolo, de transformar a argila em tijolo ou a argila em telha pelos processos comuns das cerâmicas que acompanharam a história da humanidade foi transformado nos grandes complexos industriais em que o encaimento e o custo operacional se elevou enormemente. Aquilo que poderia ser uma tarefa simples das pessoas acabou sendo praticamente uma exclusividade das multinacionais, que criaram dinheiros diferenciados na base de UPCs, ORNs e outros códigos financeiros que a população realmente não consegue compreender. Pelas inter-

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 012

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 1985

O SR. MÁRIO JURUNA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, companheiros Deputados, dia 14, recebi o "Jornal de Brasília", do companheiro Deputado Federal Jaime Câmara. O "Jornal de Brasília" pergunta: o que o Deputado Mário Juruna quer? Não preciso nem de Ministério, nem de emprego. Eu preciso da terra, preciso que o Governo garanta a terra. Várias vezes fui acusado através de jornais. Parece que eu faço piada à frente da opinião pública; parece que eu sou um objeto à frente de todo o povo brasileiro. Não sou objeto; não sou homem de recado; sou homem sério, que leva muito a sério o problema da Nação brasileira. Protesto contra esse jornal através do companheiro Jaime Câmara, Deputado Federal de Goiás, que deve apurar essa mentira, essa farsa que o jornal fica dizendo sobre mim. Não admito que o jornal fique falando sempre sobre a minha vida, como está acontecendo. Nunca disse nada quanto a outras pessoas. Tanta gente tem empregado filho, cunhado, genro, e ninguém diz nada. Não sou homem de recado. Quero que V. Exª tome conhecimento desse documento que estou encaminhando ao Presidente da Mesa para chamar atenção de jornalistas e de companheiros do Deputado Jaime Câmara que tem de apurar e dizer a verdade justa como a gente pensa.

Muito obrigado a V. Exª

*DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELO
DEPUTADO MÁRIO JURUNA.*

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, tomando conhecimento de matéria publicada no *Jornal de Brasília* do dia 14-3-85, com o título "Afinal o que deseja Juruna?", venho a esta tribuna esclarecer o seguinte: —

Gostaria de saber quem coloca em questão a minha condição de porta-voz do povo indígena? Será que não reconhecem que sou o único índio brasileiro no Congresso? Será que não sabem que tenho trabalhando incansavelmente pelo direito de todos os índios do Brasil? Será que desconhecem que tenho perdido noites de sono e trabalhado nas férias abandonando o convívio da minha família na luta de defesa dos direitos do meu povo?

Se não sou porta-voz do meu povo, gostaria de saber quem é então? As entidades que dizem defender o índio, mas que ficam apenas fazendo reuniões enquanto os índios morrem?

Senhor Presidente, tenho lutado nos últimos 15 anos defendendo o povo indígena, a minha raça. Lutei inclusive contra a ditadura militar, e tenho ganho com isso apenas o desgaste da luta incansável que venho travando.

O "Jornal de Brasília", através de matéria paga, fica me atacando sem fundamento, sem ver o meu passado, sem procurar apurar a verdade. Gostaria que o companheiro Deputado Jaime Câmara, procurasse manter o nível de seriedade que sempre deve pautar um jornal e assim ajudar o povo brasileiro denunciando todas as falcatruas que porventura venha acontecer em prejuízo para a Nação.

O Deputado Jaime Câmara, como companheiro parlamentar, deveria apurar mais os fatos antes de falar de um companheiro, pois termina atingindo uma classe a qual ele também pertence.

Gostaria de dizer, Senhor Presidente, que estou sendo traído de dentro da FUNAI, por indigenistas que, em vez de ajudar índio, ficam fazendo intrigas entre índios e entre indigenistas. Or que ficam fazendo divisão entre índio e indigenistas? Será que Cláudio Villas-Boas não entende de índio? Acho que esses indigenistas são, entre outros, o Cláudio Romero e o Xará, que ficam passando informações para a imprensa para me atacarem, porque querem ver a FUNAI dirigida por político e não por indigenistas.

Desconhecem eles, Senhor Presidente, que fui eu quem lutei contra os militares que ocupavam a FUNAI e que depois por indicação minha voltaram a trabalhar no órgão.

A minha luta sempre foi para que a demarcação das terras indígenas fosse feita o mais rápido possível, pelo reconhecimento do direito do meu povo. Nunca lutei atrás de emprego na FUNAI.

Solicito ao companheiro Jaime Câmara que publique este meu discurso como resposta ao artigo injurioso a minha pessoa, no mesmo espaço que deu para a matéria que me ataca injustamente.

Era o que tinha a dizer.

Enquanto as chamadas nações civilizadas se reúnem em Brasília para a posse de Tancredo, as nossas nações indígenas estão em pé de guerra para empossar o nome de sua predileção na Funai. De um lado, Juruna comanda os Xavantes exigindo que Gerson da Silva Alves seja o escolhido. Do outro, antropólogos e indigenistas que acreditam que Gerson representa o continuísmo no órgão e que Juruna, mais que preocupado com o futuro dos índios, quer, com sua indicação, manter seus privilégios.

XAVANTE AMEAÇA TANCREDO E EXIGE GERSON NA FUNAI

Mais de 250 índios Xavante se reuniram ontem pela manhã na Fundação Nacional do Índio para formular seu apoio à indicação do deputado Mário Juruna (PDT — RJ) em favor do atual superintendente do órgão, Gerson da Silva Alves para suceder ao presidente Nelson Marabuto.

Convictos de que Gerson da Silva Alves é a melhor alternativa para o órgão tutelar, os Xavantes (tribo a que

pertence Juruna) garantem que estão falando em nome dos quase 220 mil índios existentes no País. O encontro de ontem teve como principal tema discutir uma fórmula de fazer chegar ao presidente Tancredo Neves, um documento de apoio irrestrito ao nome de Gerson da Silva Alves.

O cacique da Aldeia Nossa Senhora Auxiliadora, Reserva Indígena de São Marcos, Cipriano Tserenho'u Xavante — porta-voz do grupo — deixou claro que no caso de Tancredo Neves rejeitar indicação deles "vai sair muito fogo".

"Isto significa — explicou ele — que a gente vai invadir mais vezes a Funai. O índio vai tirar e jogar fora quem ele colocar em lugar de "seu" Gerson".

A explicação, na verdade, é uma advertência ao novo governo que se instalará a partir de amanhã. Os Xavantes, por diversas vezes, já promoveram a invasão ao órgão tutor na busca do atendimento de suas reivindicações. Em 83, na administração do coronel Paulo Moreira Leal, o mesmo grupo tribal invadiu o órgão tutor expulsando de lá todos os coronéis, num verdadeiro movimento de desmilitarização sumária da Funai.

"Para evitar isso, nós pedimos que ele respeite o que queremos", apela Cipriano Tserenho'u.

Para os Xavantes, Gerson da Silva Alves, embora seja contador de profissão, é um homem de "muito boa vontade, que já trabalha na Funai há muito tempo e que por várias vezes foi delegado em Cuiabá".

"Os índios mais velhos — diz Cipriano — já conhecem como ele trabalha. Ele não grita com os índios. Nós já estamos acostumados com seu Gerson que conhece bem a nossa situação. De nada adianta escolher uma pessoa que não conhece nada ou seja novata."

Firmes em sua posição de apoiar a indicação do cacique-deputado, os Xavantes disseram ainda que não interessa quem não concorda com eles e isso também não é motivo de preocupação para o grupo.

A posição dos Xavantes é endossada pelo cacique Antônio Mariano Guajajara — grupo tribal do Maranhão — que se diz insatisfeito e desconfiado com todos os presidentes que a Funai já teve: "Até agora, a Funai só teve homem desonesto. Não acredito nestes homens que não conhecem o índio, que não sofrem com ele lá na aldeia", reclama Antônio Guajajara. Dessa forma, ele deposita confiança em Gerson da Silva Alves, como homem que "se prometeu, acredito que ele vai cumprir".

AFINAL, O QUE DESEJA JURUNA?

O tumultuado processo sucessório da Fundação Nacional do Índio se arrasta há vários meses. Já em novembro do ano passado, o atual Presidente do Órgão, Nelson Marabuto, deixava transparecer o seu desejo de se manter no cargo no próximo governo. Ao mesmo tempo, o seu Superintendente Gerson da Silva Alves — hoje candidato do Deputado Mário Juruna (PDT — RJ) — se articulava com o mesmo propósito.

A par desta disputa interna, que se tratava de forma velada, os indigenistas e antropólogos da FUNAI afirmavam que a permanência tanto de Nelson Marabuto, quanto a ascensão de Gerson Alves representariam o continuísmo e a manutenção de uma política indigenista paternalista e ultrapassada. Assim, no início do ano, após a vitória de Tancredo Neves, no Colégio Eleitoral, os indigenistas lançaram alguns nomes que poderiam vir a ocupar a Presidência.

Dentre os nomes apontados, destacaram-se o de antropólogo e atual Diretor do Museu do Índio, Carlos Moreira Neto, seguido do pró-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Álvaro Kemido de Souza. Os indigenistas e antropólogos não esqueceram também de falar no nome do ex-superintendente da FUNAI, na administração do Engenheiro Azevedo Ribeiro, Pedro

Paulo Fatorelli, que sempre foi lembrado em épocas de crise.

No entendimento dos técnicos, a sobrevivência da FUNAI, na Nova República, depende muito de um homem com livre trânsito político e com força perante o governo que se instala a partir de amanhã. Estes predicados são indispensáveis, uma vez que o órgão, ao longo do Governo Figueiredo não passou de um palco de atritos entre tutor e tutelados. Prova disso foi a mudança, por seis vezes, de seus dirigentes, que sucumbiram diante do surgimento das crises. A continuar pessoas que participaram destes conflitos internos, na sua direção, o órgão estaria predestinado a continuar também sendo alvo de novos atritos, emperrando o processo político e social de desenvolvimento dos grupos indígenas brasileiros.

A mesma lucidez que pautou a postura dos antropólogos e indigenistas, entretanto, estava longe de atingir ao Deputado Mário Juruna (PDT — RJ), que levantou a sua voz em defesa do atual superintendente Gerson da Silva Alves. Logo após o regresso de Tancredo Neves de sua viagem ao exterior, o cacique Deputado, — dizendo-se porta-voz dos índios brasileiros — leva ao Presidente eleito o nome de Gerson Alves para suceder Marabuto. A reação dos indigenistas, antropólogos e outras nações indígenas veio de imediato.

O documento levado ao Presidente eleito, rascunhado pelo próprio Gerson Alves, afirmava ser o candidato um indigenista, quando na verdade a sua profissão é de contador. Como predicados que o fazem apto a dirigir a FUNAI, o documento salientava os seus doze anos da FUNAI. Além disso, ressaltava o seu temperamento calmo e a sua condição de homem simples.

Diante das reações, Mário Juruna, profundamente aborrecido, deixou no ar um ultimato: "Se o Tancredo nomear outra pessoa, desce os Xavantes. Os Karajás, os índios do Nordeste, os Guaiões do Pará e um outro presidente não fica lá nem dois minutos."

A partir desta ameaça, surge com força o nome do ex-Deputado Modesto da Silveira (PMDB — RJ), contra quem todos imaginavam que jurava nada diria. Pure engano. O Deputado-Cacique volta à carga com força total, dizendo que não quer que o próximo presidente da FUNAI seja um político e realinha a sua defesa pelo nome de Gerson Alves.

Neste confuso processo, onde as notícias têm pernas longas, as demais lideranças do País decidem vir até Brasília para, de perto, acompanhar o seu desenrolar. A atual administração da FUNAI, sem recursos financeiros, esbarra em outra crise. De onde tirar dinheiro para alimentar tantos índios? A situação torna-se séria, a ponto de Nelson Marabuto lançar um apelo para que as lideranças retornassem às suas aldeias e esperassem com calma a mudança de governo e a definição do seu sucessor. Paralelamente ele foi atendido.

Neste início de semana, o movimento de índios em Brasília recrudescer. Novamente a FUNAI não sabe como fará para hospedar e alimentar os quase 350 índios que chegaram à cidade. A maioria é Xavante e está disposta a apoiar, a qualquer custo, a indicação do seu líder Mário Juruna. O processo sucessório, na verdade, está transformando Brasília num estado confederado, onde os índios estão perdendo o controle de suas vontades graças a manipulação exercida pelo Cacique-Deputado, que embora defenda princípios de honestidade não abre mão do emprego de sua mulher. Doralice, que com um salário superior a Cr\$ 1,5 milhão, não precisa se dar ao livro de comparecer ao trabalho. A defesa fervorosa de Mário Juruna pela nomeação de Gerson da Silva Alves, segundo indigenistas, antropólogos e observadores, antes mesmo de ser uma simpatia gratuita é, acima de tudo, a defesa de interesses pessoais e da possibilidade do cacique vir, indiretamente, a dirigir o órgão tutelar, como sempre quis. (Cláudio R. Silva.)

O SR. MÁRIO JURUNA (PDT -- RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero comunicar minha ida a Cuiabá, Juara e Apiaçá, terra dos Kayaby e Apiaçás, para resolver problemas do índio. Tenho recebido pressão da Fundação Nacional do Índio, que não aceito. Não aceito as pressões que a FUNAI faz através do seu Presidente, que foi indicado pelo Ministro Mário Andreazza, e foi aprovado pelo então Presidente da República, João Figueiredo. Este homem chamado Marabuto está montando um esquema, está criando, parece-me, até novela, fazendo propaganda na FUNAI para poder continuar a vida inteira no órgão.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a para mandar um recado ao Sr. Ministro do Interior, e ao Presidente da República para o Sr. Marabuto ser expulso em 24 horas da FUNAI. Ele não pode continuar lá. Ele não pode continuar fazendo a divisão de toda a comunidade indígena, contra o Deputado Mário Juruna. Não aceito que o Presidente Marabuto deva continuar na FUNAI. Como Superintendente da Polícia Federal, ele montou esquemas contra o povo, na hora da eleição, jogando gás contra o povo e em colégios aqui, em Brasília, Distrito Federal. Então, protesto contra essa atitude do Sr. Marabuto, que não deve continuar. O Sr. Marabuto não pode continuar fazendo a divisão da comunidade indígena. Protesto contra essa atitude do Sr. Marabuto, porque ele não está fazendo o certo com a comunidade indígena e fica jogando lenha na fogueira para o índio, ficar contra o Deputado. Ninguém está contra o Deputado Mário Juruna. Quem cria problema no Brasil é a própria FUNAI. Esse órgão é que cria problema para o Índio. O

Índio não tem problema. O Índio sempre viveu muito bem, sempre viveu muito tranqüilo, sempre viveu sem problema. Hoje é que estão nascendo os problemas. Hoje, Marabuto, leva dois índios para cima e para baixo, gastando 10 milhões de cruzeiros, pagando a viagem para os dois, que puxem saco dele. Ele nunca defendeu índio, nunca garantiu terra à comunidade indígena. Marabuto acha que deve ser rei, do índio, como Presidente da FUNAI, mas nunca vai ser rei. Índio, nunca teve rei, mas esse funcionário agora está interessado em sair rei do índio.

Encaminho documento a V. Ex^{ta}; esse documento pode ser lido e publicado em todo o Brasil. Quero que Marabuto saia em 24 horas. Eu não posso aceitar, sua permanência. Se não a gente compra briga contra a FUNAI. Porque ninguém pode ameaçar e ir contra o Deputado Mário Juruna. Nunca fui ameaçado; sempre lutei ao lado do índio; sempre defendi o índio; sempre procurei ajudar FUNAI; sempre procurei fazer mudança na FUNAI, e hoje todo esse pessoal para quem eu consegui, todo esse pessoal que eu promovi, esse pessoal está virando contra o Deputado Juruna. Esse pessoal está fazendo intriga e me caluniando. É vaidade de branco, é vaidade da FUNAI, é vaidade de funcionário.

Quero que V. Ex^{ta} encaminhe o documento ao Ministro do Interior e ao Presidente da República para que tomem conhecimento do fato e as providências. Será que a FUNAI vai continuar como está? Todo o segundo escalão está mudando, por que a FUNAI não muda? Peço a V. Ex^{ta} que encaminhe o meu pedido para mudar o Presidente da FUNAI, Nelson Marabuto, quer seja hoje ou amanhã. O que não pode é ficar como está. Este o meu pedido a V. Ex^{ta}. (Palmas)

DOCUMENTO REFERIDO PELO ORADOR.

Brasília, 8 de abril de 1985.

Ao
Exm^o Sr.
Ulisses Guimarães
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília/DF

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Sendo Presidente da Comissão do Índio, integrei uma subcomissão que tinha como propósito estudar uma saída para um impasse que se formou entre os índios KAYABY e APIAKÁS de um lado e, do outro, a CEMAT (Centrais Elétricas de Mato Grosso) e a Construtora Andrade Gutierrez, que estão querendo construir uma usina hidrelétrica no Salto dos Kayaby, no rio dos Peixes.

Esta subcomissão foi formada pelo Deputado Bento Porto (PFL — MT), Deputado Gilson de Barros (PMDB — MT) e por mim. Esta subcomissão se deslocou para Cuiabá para ver in loco a situação e tentar achar uma saída que agradasse a ambas as partes.

Viajamos dia 30/03/85 para a área em questão com uma comitiva formada, além da subcomissão, pelo Sr. Carlos Dorfmann — Engenheiro da Construtora Andrade Gutierrez — Sr. Rubens Correa de Matos — Engenheiro da CEMAT — e o indigenista Idelvar Sardinha.

Fomos recebido na área com reação violenta dos índios que portavam armas de fogo e que nos ameaçavam de morte a todo momento, dando inclusive vários tiros para nos amedrontar.

Pude perceber, Senhor Presidente, que, além da FUNAI, existe na área dos índios, pessoas da Comissão Pró-Índio e da Missão Anchieta, que estão acirrando os ânimos dos índios.

O Presidente da FUNAI, está fazendo jogo para permanecer no cargo, e isso me faz parecer que tenha sido montado um esquema para me desmoralizar perante a opinião pública.

Diante disso, venho solicitar que a mudança na FUNAI seja feita imediatamente, em menos de 24 horas, pois a FUNAI se encontra sem controle e com um Presidente que fica fazendo toda espécie de jogo para continuar na frente da FUNAI.

O Coronel Marabuto foi indicado pelo regime partido que ajudamos a derrubar e é até uma questão de honra que se retire ele da presidência da FUNAI o mais urgente possível, pois a FUNAI não pode ficar nas mãos de um sujeito que fica fazendo toda espécie de jogo para continuar à frente do órgão.

Senhor Presidente, não culpo os índios pela reação violenta que tiveram por ocasião da nossa chegada, e sim aos que informaram mal aos índios que eu inclusive estaria indo para área com policiais armados para amedrontá-los. Isso foi uma brincadeira de muito mau gosto que por pouco não termina em mortes.

Estou fazendo um relatório ao Senhor Presidente da República e ao Senhor Ministro da Justiça e ao Senhor Ministro do Interior, para que apure as responsabilidades de quem está armando os índios e acirrando os ânimos.

A Comissão do Índio, da qual sou Presidente, tem muito trabalhado a favor do índio e não merece ser recebida como foi apenas por que alguns acham por bem querer destituir-me da liderança que ocupo.

Continuarei trabalhando em favor do índio ininterruptamente, como sempre tenho feito, mas solicito que seja imediatamente, repito, retirado da frente do órgão, o Sr. Nelson Marabuto que está armando esquemas para continuar no poder.

Senhor Presidente, todo o segundo escalão já está sendo nomeado, porque a FUNAI ainda não foi olhada? Estamos aguardando a nomeação para conseguirmos a união das comunidades indígenas, para que possamos trabalhar melhor.

Estamos aguardando ansiosamente esta nomeação para darmos rumos de trabalho, enquanto estiver o Sr. Marabuto no poder, a FUNAI fica sem controle, pois todos ficam esperando o novo Presidente.

Senhor Presidente, a cachoeira em questão é de posse imemorial dos índios KAYABY e APIAKÁS, que nela fazem os seus rituais, e por isso eu solicito a Vossa Excelência que dê ciência ao Presidente da República, para que revogue imediatamente o decreto da construção da usina hidrelétrica no salto dos KAYABY.

Solicito urgência para a mudança na FUNAI, para que casos como este, não fiquem pendente de solução, pois ninguém mais dá atenção ao Sr. Nelson Marabuto, sabendo que ele vai sair, e isso faz com que a FUNAI termine ficando parada, enquanto o Sr. Nelson Marabuto fica fazendo campanha para ficar.

Essa reação dos índios KAYABY e APIAKÁS está dentro de um mesmo esquema que foi montado contra mim na área dos índios pataxós, é um esquema para me desmoralizar.

Será que o Sr. Nelson Marabuto não sabe que sou índio, que sou tutelado pela FUNAI e que ele devia era me ajudar em vez de ficar fazendo jogo contra mim.

Por essas razões, Sr. Presidente, é que solicito urgência na mudança na FUNAI.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MÁRIO JURUNA (PDT — RJ, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos últimos dias tenho ouvido por muitas vezes a palavra sucessão.

Tenho visto brigas entre pessoas por candidatos a Presidência da República.

Vi pessoas que participaram do partido do Governo mudarem de posição e de partido.

Estou assistindo esvaziar a campanha pelas eleições diretas e o fortalecimento das eleições indiretas.

Fico observando tudo isso, que para mim ainda é muito confuso. Pois, oriundo que sou de uma convivência com comunidades indígenas, não conheço certas artimanhas que estão ocorrendo no mundo político brasileiro.

Não posso compreender que o Presidente do PDS até o mês de junho hoje seja candidato das oposições.

Procuro entender, mas não consigo ver o vice-Presidente da República, escolhido pelos poderes militares, renegar sua origem e pregar contra o Governo, permanecendo no cargo.

Como disse, a minha cabeça está muito confusa com tudo isso.

Continuando as minhas observações, tenho visto os programas apresentados por todos os candidatos a Presidente da República, que colocam com bonitas palavras os seus projetos de desenvolvimento e de reforma do País.

Entretanto, nenhum dos programas, quer dos dois candidatos do PDS, quer do candidato da oposição, incluem como meta a defesa dos índios e de suas terras.

Os Programas de governo apresentados pelos candidatos eliminou o índio como membro efetivo do Estado brasileiro.

A ausência dos índios nos programas dos candidatos mostra que nenhum deles está preocupado com a sua sobrevivência como povo.

Pois a maioria dos que participam da cúpula e que apóia as candidaturas conhecidas está comprometida com os interesses contrários aos dos índios.

A exclusão do índio dos programas demonstra claramente o propósito contra a sociedade brasileira, principalmente o da elite que se reveza no poder, de eliminar o índio do contexto nacional.

Não aceito incluir os índios nas chamadas minorias, que merecem de todos a nossa maior preocupação e de mim a minha solidariedade. Os índios devem ser tratados como povos, que somos, e nesta condição deveríamos ser chamados para participar de todas as decisões nacionais e não sermos classificados como problemas e como menores carentes de caridade.

Exijo respeito ao índio. E quero denunciar a discriminação que continuamos sofrendo.

Exijo que os índios sejam chamados por todos aqueles que se dizem candidatos a presidente da República, para discutir a sua participação não só nos programas de governo, mas em toda a vida deste País.